

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.201, DE 2009

Acrescenta o inciso “X” ao art. 12, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Autor: Deputado Sérgio Barradas Carneiro

Relator: Deputado Regis de Oliveira

I – Relatório

O projeto de lei nº. 5.201/2009, de autoria do ilustre deputado Sérgio Barradas Carneiro, acrescenta o inciso “X” ao art. 12, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, **com o objetivo de atribuir capacidade processual à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.**

A redação atual do art. 12, do Código de Processo Civil, **não inclui as Casas Legislativas no rol dos entes com capacidade processual.**

Texto atual

Art. 12. *Serão representados em juízo, ativa e passivamente:*

I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores;

II - o Município, por seu Prefeito ou procurador;

III - a massa falida, pelo síndico;

IV - a herança jacente ou vacante, por seu curador;

V - o espólio, pelo inventariante;

VI - as pessoas jurídicas, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores;

VII - as sociedades sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração dos seus bens;

VIII - a pessoa jurídica estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil (art. 88, parágrafo único);

IX - o condomínio, pelo administrador ou pelo síndico.

Segundo o autor deste projeto, **“A personalidade jurídica (capacidade de ser parte) dos entes despersonalizados é um dos temas mais interessantes de nosso direito processual civil. No seio desse assunto, a doutrina jurídica nacional levanta dúvida acerca da existência de legitimidade das Casas Legislativas para se representar em juízo”**.

Com o objetivo de dirimir a referida controvérsia, o insigne deputado Sérgio Barradas Carneiro, com fundamento no Parecer nº 05/2009, da Procuradoria Parlamentar, **sugere a inserção de inciso no art. 12, do CPC, conferindo expressamente tal condição às mesas da Câmara e do Senado Federal.**

Texto sugerido

Art. 12. *Serão representados em juízo, ativa e passivamente:*

.....

X – As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por suas Procuradorias Parlamentares

Dentro do prazo regulamentar, **não foram apresentadas emendas ao projeto.**

É o relatório.

II – Voto do Relator

O projeto de lei nº 5.201/2009 **preenche o requisito da constitucionalidade**, na medida em que está em consonância com o inciso I, do artigo 22, da Magna Carta, que atribui à União competência privativa para legislar, entre outras matérias, **sobre direito processual civil.**

De igual forma, o instrumento legislativo escolhido, lei ordinária, **é apropriado ao fim a que se destina.**

No que tange à juridicidade, a proposição está em conformação ao direito, porquanto **não viola normas e princípios do ordenamento jurídico vigente.**

No que se refere à técnica legislativa, **a proposição não merece reparo.**

Após a análise do preenchimento dos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, **passa-se a apreciar o mérito da proposta.**

Para o processo ter validade, as partes devem possuir:

- **Capacidade de ser parte; e**
- **Capacidade processual.**

A **capacidade de ser parte é a possibilidade de ser autor ou réu em um processo**. Todas as pessoas, sem exceção, possuem capacidade de ser parte, ou seja, todo aquele que tem capacidade de direito no Direito Civil tem capacidade de ser parte.

O Código de Processo Civil, entretanto, atribui a capacidade de ser parte a todas as pessoas e **também a alguns entes despersonalizados** (ex.: espólio, massa falida, condomínio, sociedade, herança jacente etc.).

De outro lado, alguns doutrinadores chamam a **capacidade processual de capacidade de estar em juízo**.

A **capacidade processual é a possibilidade de vir a juízo sem precisar ser representado ou assistido**.

A doutrina e a jurisprudência, de longa data, **discutem sobre a capacidade processual da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**, por intermédio das suas Procuradorias Parlamentares.

De um lado, **corrente doutrinária adota posição contrária, com base na interpretação restritiva do texto do art. 12, do Código de Processo Civil**.

De outro, **o Supremo Tribunal Federal tem admitido a legitimidade processual de entes estatais despersonalizados para a defesa de seus interesses, não exigindo a atuação da Advocacia Geral da União ou das Procuradorias Gerais dos Estados**.

Este último posicionamento, s.m.j., se coaduna com o ordenamento jurídico vigente, pois **o próprio texto constitucional reconheceu às Assembléias Legislativas legitimidade para, nos termos do inciso IV, do art. 103, propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade**.

A mencionada divergência gera dúvidas e questionamentos a respeito da matéria, **circunstância que acarreta insegurança jurídica**.

Portanto, **a lacuna legislativa em tela precisa ser preenchida com a concretização da proposta objeto do presente projeto**.

À luz de todo o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, **no mérito, pela aprovação do projeto de lei nº 5.201/2009**.

Sala da Comissão, em 05 de agosto de 2009.

Deputado Regis de Oliveira
Relator